



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 - UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

NÍVEL D (Nível Médio)
TÉCNICO DE LABORATÓRIO –
Área: MINERAÇÃO

28 de agosto de 2016

Nome: _____ **Nº de Inscrição:** _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTES.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo Conhecimentos Básicos - 10 de Língua Portuguesa e 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas.
- 8 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 9 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 10 Somente será permitido ao candidato levar o seu Boletim de Questões, ao deixar em definitivo a sala de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 11 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 08:00 horas e término às 12:00 horas**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 12 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Leia atentamente o texto abaixo para responder às questões de 1 a 10.

Conheça o criador da frase “gentileza gera gentileza”

1 Se você for às ruas do Rio de Janeiro e perguntar por José Datrino, certamente, a imensa maioria
2 dos cariocas não ligará o nome à pessoa. Mas experimente procurar pela história do Profeta Gentileza
3 e, em troca, receberá dezenas de sorrisos e lembranças.

4 Nascido em uma família de 11 irmãos no interior de Cafelândia, São Paulo, desde menino Datrino
5 se destacava por seu comportamento atípico para a idade (13 anos): fazia questão de espalhar na
6 escola e aos amigos que “tinha uma missão na Terra”.

7 Ele só viraria Profeta Gentileza anos depois, na década de 1960, depois do incêndio do Gran
8 Circus Norte-Americano de Niterói (dezembro de 1961), no qual morreram mais de 500 pessoas – a
9 maioria, crianças. No Natal daquele ano, morando no Rio, Datrino disse ter ouvido “vozes astrais” e
10 dirigiu-se ao terreno do circo para plantar um jardim sobre as cinzas.

11 Ali morou por quatro anos e trabalhou como “consolador voluntário”, confortando com palavras de
12 bondade as famílias das vítimas da tragédia. Recebeu dois apelidos: “José Agradecido” e “Profeta
13 Gentileza”. O último prevaleceu.

14 Na década seguinte, Gentileza passou a percorrer as ruas da capital fluminense para levar sua
15 palavra de amor, bondade e respeito ao próximo. Era assim em ônibus, praças, pontes, praias,
16 calçadões e até nas apinhadas barcas da travessia Rio-Niterói. Nem todos entendiam a mensagem do
17 Profeta. Os mais exaltados o chamavam de “maluco”. Para estes, a resposta estava sempre na ponta
18 da língua: “Sou maluco para te amar e louco para te salvar”.

19 Após uma rápida passagem por Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, Gentileza voltou ao Rio, nos
20 anos de 1980, para dar início ao seu legado: em 56 pilastras do viaduto da Av. Brasil, entre o Cemitério
21 do Caju e o Terminal Rodoviário do Rio de Janeiro, Gentileza preencheu muros com seus escritos
22 sobre o mal-estar da civilização. Para uns, textos proféticos, para outros, poesia, as mensagens em
23 tons de azul, verde e amarelo nunca passaram despercebidas. Foram cantadas por músicos como
24 Gonzaguinha e Marisa Monte, citadas em filmes, novelas e trabalhos acadêmicos.

Disponível em <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/conheca-o-criador-da-frase-gentileza-gera-gentileza,65bd0e89ee217410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>.

Acessado em 5 de junho de 2016.

1 O autor do texto **Conheça o criador da frase “gentileza gera gentileza”**

- (A) conta a história de uma personagem fictícia.
- (B) homenageia uma pessoa desconhecida.
- (C) resume a biografia de um indivíduo.
- (D) ironiza as atitudes de um cidadão comum.
- (E) tece comentários sobre uma pessoa gentil.

2 No primeiro parágrafo do texto, a conjunção *mas*, que indica oposição, foi empregada porque

- (A) José Datrino não era famoso.
- (B) a maioria das pessoas nunca ouviu falar do Profeta.
- (C) o Profeta era uma pessoa engraçada.
- (D) o Profeta não era conhecido pelo verdadeiro nome.
- (E) o Profeta morreu há muito tempo.

3 Em “Mas experimente procurar pela história do Profeta Gentileza e, em troca, receberá dezenas de sorrisos e lembranças.” (linhas 2 e 3), a expressão *em troca* poderia ser substituída por

- (A) como resposta.
- (B) a propósito.
- (C) de preferência.
- (D) em permuta.
- (E) geralmente.

- 4 Do segundo parágrafo do texto compreende-se que o comportamento do Profeta era atípico porque
- (A) tinha uma família grande.
 - (B) nasceu no interior.
 - (C) era muito jovem.
 - (D) não tinha amigos.
 - (E) dizia ter uma missão.
- 5 O terceiro parágrafo do texto indica que a razão pela qual o Profeta tornou-se famoso foi o fato de ter
- (A) causado o incêndio de um grande circo.
 - (B) salvado vítimas de um grande incêndio.
 - (C) ouvido vozes que considerava “astrais”.
 - (D) plantado um jardim no local de um incêndio.
 - (E) evitado muitas mortes no incêndio de um circo.
- 6 O autor do texto empregou linguagem coloquial em
- (A) “Se você for às ruas do Rio de Janeiro e perguntar por José Datrino, certamente, a imensa maioria dos cariocas não ligará o nome à pessoa.” (linhas 1 e 2)
 - (B) “Ele só viraria Profeta Gentileza anos depois, na década de 1960, depois do incêndio do Gran Circus Norte-Americano de Niterói (dezembro de 1961), no qual morreram mais de 500 pessoas – a maioria, crianças.” (linhas 7 a 9)
 - (C) “Ali morou por quatro anos e trabalhou como ‘consolador voluntário’, confortando com palavras de bondade as famílias das vítimas da tragédia.” (linhas 11 e 12)
 - (D) “Na década seguinte, Gentileza passou a percorrer as ruas da capital fluminense para levar sua palavra de amor, bondade e respeito ao próximo.” (linhas 14 e 15)
 - (E) “Para uns, textos proféticos, para outros, poesia, as mensagens em tons de azul, verde e amarelo nunca passaram despercebidas.” (linhas 22 e 23)
- 7 As aspas indicam o uso do discurso direto em
- (A) ... *fazia questão de espalhar na escola e aos amigos que “tinha uma missão na Terra”.* (linhas 5 e 6)
 - (B) *No Natal daquele ano, morando no Rio, Datrino disse ter ouvido “vozes astrais” e dirigiu-se ao terreno do circo para plantar um jardim sobre as cinzas.* (linhas 9 e 10)
 - (C) *Recebeu dois apelidos: “José Agradecido” e “Profeta Gentileza”.* (linhas 12 e 13)
 - (D) *Os mais exaltados o chamavam de “maluco”.* (linha 17)
 - (E) *Para estes, a resposta estava sempre na ponta da língua: “Sou maluco para te amar e louco para te salvar”.* (linhas 17 e 18)
- 8 Em “Após uma rápida passagem por Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, Gentileza voltou ao Rio, nos anos de 1980, para dar início ao seu legado” (linhas 19 e 20), o pronome *seu* tem como referente
- (A) Conselheiro Lafaiete.
 - (B) Minas Gerais.
 - (C) Gentileza.
 - (D) Rio.
 - (E) anos de 1980.
- 9 No trecho “em 56 pilastras do viaduto da Av. Brasil, entre o Cemitério do Caju e o Terminal Rodoviário do Rio de Janeiro, Gentileza preencheu muros com seus escritos sobre o mal-estar da civilização.” (linhas 20 a 22), o autor do texto quis dizer que o Profeta
- (A) trabalhou na construção das pilastras de um viaduto.
 - (B) escreveu suas mensagens em pilastras e muros.
 - (C) limpou muitos muros que haviam sido pichados.
 - (D) registrou seu mal-estar em pilastras e muros.
 - (E) criticou a civilidade em pilastras e muros cariocas.

10 O texto **Conheça o criador da frase “gentileza gera gentileza”** apresenta

- (A) uma imagem positiva da personagem de quem trata.
- (B) uma crítica às pessoas que não levavam Gentileza a sério.
- (C) apenas o relato de passagens pitorescas da vida do Profeta.
- (D) o respeito da administração do Rio de Janeiro por Gentileza.
- (E) a denúncia da falta de civilidade por parte dos cariocas.

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

11 Estabelece a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, que a investidura em cargo público ocorrerá

- (A) com a posse.
- (B) até 5 (cinco) dias após a publicação do resultado no Diário Oficial da União.
- (C) até 5 (cinco) dias após a publicação de Boletim Interno do Órgão.
- (D) até 5 (cinco) dias após a apresentação da documentação no setor de Recursos Humanos do Órgão.
- (E) até 10 (dez) dias após a publicação do resultado no Diário Oficial da União.

12 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, é correto afirmar que o servidor estável só perderá o cargo em virtude de

- (A) sentença judicial não necessariamente transitada em julgado ou de sindicância na qual lhe seja assegurada ampla defesa.
- (B) sentença judicial transitada em julgado no qual lhe seja assegurada ampla defesa, somente.
- (C) sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar na qual lhe seja assegurada ampla defesa.
- (D) processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa, somente.
- (E) sentença judicial ou de sindicância na qual lhe seja assegurada ampla defesa, somente.

13 Após cada quinquênio de efetivo exercício, conforme determina a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar de curso de capacitação profissional, por até

- (A) dois meses.
- (B) cinco meses.
- (C) quatro meses.
- (D) seis meses.
- (E) três meses.

14 O prazo para conclusão do processo disciplinar, conforme a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, não excederá

- (A) sessenta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- (B) noventa dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- (C) trinta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- (D) quarenta e cinco dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.
- (E) cinquenta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 15 A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. A exoneração de ofício dar-se-á
- (A) quando não satisfeitas as condições do estágio probatório, somente.
 - (B) quando não satisfeitas as condições do estágio probatório; quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.
 - (C) quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido, somente.
 - (D) quando não alcançar o índice de produtividade e capacidade, e ter baixa capacidade de iniciativa, somente.
 - (E) por inassiduidade, indisciplina e falta de produtividade, somente.
- 16 De acordo com o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, dentre outras vedações ao servidor público, é correto afirmar:
- (A) não prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; não alterar e nem deturpar o teor de documentos que deva encaminhar para providências; não fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros; exercer atividade profissional ética e nem ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
 - (B) não permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; não dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana.
 - (C) exercer atividade profissional ética e nem ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso; não desviar servidor público para atendimento a interesse particular; não permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores.
 - (D) fazer uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem; usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material; pleitear, solicitar, provocar, sugerir ou receber qualquer tipo de ajuda financeira, gratificação, prêmio, comissão, doação ou vantagem de qualquer espécie, para si, familiares ou qualquer pessoa, para o cumprimento da sua missão ou para influenciar outro servidor para o mesmo fim; retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.
 - (E) utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister; não ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração a este Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; não desviar servidor público para atendimento a interesse particular; não iludir e nem tentar iludir qualquer pessoa que necessite do atendimento em serviços públicos.
- 17 Determina a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências, que o plano de desenvolvimento institucional de cada Instituição Federal de Ensino contemplará o plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira, observados os princípios e diretrizes contidos na referida Lei. O plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira deverá conter
- (A) I - dimensionamento das necessidades institucionais, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a diversidade da instituição; II - Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento, única e exclusivamente.
 - (B) I - dimensionamento das necessidades institucionais, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a diversidade da instituição; II - Programa de Avaliação de Desempenho, única e exclusivamente.
 - (C) I - dimensionamento das necessidades institucionais, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a diversidade da instituição; II - Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; III - Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (D) I - Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; II - Programa de Avaliação de Desempenho, única e exclusivamente.
 - (E) I - dimensionamento das necessidades institucionais, com definição de modelos de alocação de vagas que contemplem a diversidade da instituição, única e exclusivamente.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 18 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dentre outras finalidades, o referido Decreto criou o Comitê Gestor da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, com as seguintes competências:
- (A) I - avaliar os relatórios anuais dos órgãos e entidades, verificando se foram observadas as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal; II - promover a disseminação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal entre os dirigentes dos órgãos e das entidades, os titulares das unidades de recursos humanos, os responsáveis pela capacitação, os servidores públicos federais e suas entidades representativas; e III - zelar pela observância do disposto neste Decreto, somente.
 - (B) I - avaliar os relatórios anuais dos órgãos e entidades, verificando se foram observadas as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal; II - orientar os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional na definição sobre a alocação de recursos para fins de capacitação de seus servidores; III - promover a disseminação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal entre os dirigentes dos órgãos e das entidades, os titulares das unidades de recursos humanos, os responsáveis pela capacitação, os servidores públicos federais e suas entidades representativas; e IV - zelar pela observância do disposto neste Decreto.
 - (C) I - orientar os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional na definição sobre a alocação de recursos para fins de capacitação de seus servidores; II - promover a disseminação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal entre os dirigentes dos órgãos e das entidades, os titulares das unidades de recursos humanos, os responsáveis pela capacitação, os servidores públicos federais e suas entidades representativas; e III - zelar pela observância do disposto neste Decreto, somente.
 - (D) I - avaliar os relatórios anuais dos órgãos e entidades, verificando se foram observadas as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal; II - orientar os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional na definição sobre a alocação de recursos para fins de capacitação de seus servidores; III - priorizar, no caso de eventos externos de aprendizagem, os cursos ofertados pelas escolas de governo, favorecendo a articulação entre elas e visando à construção de sistema de escolas de governo da União, a ser coordenado pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP; IV - zelar pela observância do disposto neste Decreto, somente.
 - (E) I - avaliar os relatórios anuais dos órgãos e entidades, verificando se foram observadas as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal; II - orientar os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional na definição sobre a alocação de recursos para fins de capacitação de seus servidores; III - oferecer e garantir cursos introdutórios ou de formação, respeitadas as normas específicas aplicáveis a cada carreira ou cargo, aos servidores que ingressarem no setor público, inclusive àqueles sem vínculo efetivo com a administração pública; e IV - zelar pela observância do disposto neste Decreto, somente.
- 19 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. A aplicação do processo de avaliação de desempenho deverá ocorrer, no mínimo,
- (A) uma vez por ano, ou em etapas necessárias a compor a avaliação anual, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
 - (B) uma vez a cada dois anos, ou em etapas necessárias a compor a avaliação bienal, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
 - (C) uma vez a cada três anos, ou em etapas necessárias a compor a avaliação trianual, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
 - (D) uma vez a cada seis meses, ou em etapas necessárias a compor a avaliação semestral, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
 - (E) uma vez a cada três meses, ou em etapas necessárias a compor a avaliação trimestral, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
- 20 O Decreto nº 5.378, de 23 de fevereiro de 2005, institui o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização - GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. A participação dos órgãos e entidades da administração pública no GESPÚBLICA dar-se-á mediante
- (A) adesão, única e exclusivamente.
 - (B) convocação, única e exclusivamente.
 - (C) convocação ou decisão judicial, única e exclusivamente.
 - (D) adesão ou convocação.
 - (E) adesão ou decisão judicial, única e exclusivamente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 Granitos e basaltos são, respectivamente, rochas ígneas
- (A) vulcânicas e intrusivas.
 - (B) extrusivas e intrusivas.
 - (C) plutônicas e vulcânicas.
 - (D) vulcânicas e plutônicas.
 - (E) extrusivas e plutônicas.
- 22 A usina de beneficiamento de minério de uma mina produz dois materiais principais que são
- (A) rejeito e minério.
 - (B) minério e concentrado.
 - (C) estéril e minério.
 - (D) concentrado e rejeito.
 - (E) rejeito e estéril.
- 23 O peneiramento é um método apropriado para separar partículas
- (A) de minério numa planta de beneficiamento.
 - (B) de rejeito numa planta de beneficiamento.
 - (C) maiores que 400 micrômetros.
 - (D) menores que 400 micrômetros.
 - (E) de concentrado numa planta de beneficiamento.
- 24 Para separar a pirrotita de um grupo de minerais de ganga, o método mais apropriado é
- (A) peneiramento.
 - (B) flotação.
 - (C) separação magnética.
 - (D) cianetação.
 - (E) separação por densidade.
- 25 São itens importantes na caracterização tecnológica de minérios
- (A) cor, brilho e densidade.
 - (B) teor, densidade e umidade.
 - (C) dureza, temperatura e pressão.
 - (D) cor do traço, preço e brilho.
 - (E) granulometria, preço e cor.
- 26 Uma importante etapa no processamento de minérios que visa à produção de partículas com tamanho e formato pré-requeridos além da liberação dos minerais úteis passíveis de concentração é
- (A) cominuição.
 - (B) britagem.
 - (C) moagem.
 - (D) peneiramento.
 - (E) filtragem.
- 27 As sondagens rotativas podem ser realizadas com máquinas ou manualmente. Um exemplo de cada são, respectivamente,
- (A) “banka” e Rotary.
 - (B) Rotary e “banka”.
 - (C) Rotary e diamante.
 - (D) “banka” e trado.
 - (E) diamante e Rotary.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 28 A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) varia conforme o tipo de substância. Para os minérios de alumínio, manganês, sal gema e potássio é de
- (A) 3%.
 - (B) 2%.
 - (C) 1%.
 - (D) 4%.
 - (E) 5%.
- 29 São exemplos de rochas metamórficas
- (A) gnaisse, xisto e calcário.
 - (B) filito, muscovita e ardósia.
 - (C) xisto, migmatito e muscovita.
 - (D) ardósia, xisto e gnaisse.
 - (E) dolomito, filito e riolito.
- 30 São métodos de concentração de minérios
- (A) flotação e peneiramento.
 - (B) lixiviação e gravimetria.
 - (C) prensagem e filtração.
 - (D) flotação e separação magnética.
 - (E) separação magnética e prensagem.
- 31 Uma importante fase na avaliação de depósitos minerais que engloba uma sequência de operações, com o objetivo de retirar uma parcela representativa de seu universo é
- (A) peneiramento.
 - (B) quarteamento.
 - (C) homogeneização.
 - (D) amostragem.
 - (E) filtragem.
- 32 As propriedades usadas na definição de um mineral são
- (A) cor, natural, inorgânico, química definida, amorfo, dureza.
 - (B) sólido, densidade, inorgânico e orgânico, dureza, cristalino.
 - (C) estado sólido, natural, cristalino, química definida, inorgânico.
 - (D) traço, natural, cristalino, química definida, densidade.
 - (E) traço, densidade, dureza, cor, brilho.
- 33 O magma félsico é aquele
- (A) que origina rochas vulcânicas.
 - (B) que origina rochas plutônicas.
 - (C) rico em ferro e magnésio.
 - (D) pobre em sílica.
 - (E) rico em sílica.
- 34 O intemperismo químico de um feldspato sódico ($\text{NaAlSi}_3\text{O}_8$) gera como produto
- (A) hidróxido de ferro.
 - (B) arenito.
 - (C) pirita.
 - (D) argilo-mineral.
 - (E) gás carbônico.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 35 O horizonte do solo em que são encontrados fragmentos da rocha que originou o solo é chamado de
- (A) horizonte A.
 - (B) horizonte B.
 - (C) horizonte C.
 - (D) horizonte D.
 - (E) horizonte O.
- 36 A clivagem é a propriedade física que apresentam os minerais de se seccionarem segundo
- (A) planos paralelos.
 - (B) planos perpendiculares.
 - (C) planos oblíquos.
 - (D) superfícies curvas.
 - (E) superfícies conchoidais.
- 37 O vidro natural e o petróleo não são considerados minerais porque
- (A) ambos são de origem orgânica.
 - (B) ambos possuem estrutura interna ordenada.
 - (C) o primeiro não possui estrutura interna ordenada e o segundo é de origem orgânica.
 - (D) o primeiro é de origem orgânica e o segundo não possui estrutura interna ordenada.
 - (E) o primeiro é natural e o segundo é sintético.
- 38 Em relação ao método geofísico gravimétrico, é correto afirmar que
- (A) pode ser aplicado somente por meio de aeronaves ou satélites.
 - (B) utiliza a variação de densidade entre diferentes tipos de rochas na Terra.
 - (C) a densidade das rochas varia com a forma do corpo rochoso.
 - (D) anomalias produzidas por corpos com densidade menor que a média da Terra serão positivas.
 - (E) anomalias produzidas por corpos com densidade maior que a média da Terra serão negativas.
- 39 Em uma manobra de sondagem, com avanço de 3m, foram recuperados 2,4m de testemunho. Essa manobra teve uma recuperação de
- (A) 70%.
 - (B) 80%.
 - (C) 90%.
 - (D) 24%.
 - (E) 30%.
- 40 São exemplos de lavra a céu aberto e subterrânea, respectivamente,
- (A) "lavra em tiras" e "lavra pilar e salão".
 - (B) "realce por corte e aterro" e "lavra pilar e salão".
 - (C) "lavra em tiras" e "lavra em bancadas".
 - (D) "lavra pilar e salão" e "realce por armazenamento".
 - (E) "lavra em bancadas" e "mineração aluvionar".
- 41 No beneficiamento de minérios, a fase de liberação consiste em liberar o(os)
- (A) elemento químico do mineral.
 - (B) minerais de ganga do minério.
 - (C) minerais de minério da ganga.
 - (D) minério do estéril.
 - (E) óxidos dos sulfetos.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

- 4.2 Nos depósitos minerais inconsolidados, do tipo *placer*, não há necessidade de liberação, no entanto é fundamental um estudo para estabelecer o projeto de beneficiamento. Esse estudo é
- (A) análise granulométrica.
 - (B) análise mecânica.
 - (C) teste de carga.
 - (D) teste de deformação.
 - (E) índice de trabalho de Bond.
- 4.3 Num separador eletrostático, as partículas dos minerais são carregadas por um eletrodo e alimentadas em um cilindro de rotação aterrado. As partículas minerais de interesse caem fora do rolo e são recuperadas. É correto afirmar que essas partículas
- (A) ganham polarização induzida.
 - (B) têm alta resistividade.
 - (C) têm boa condutividade.
 - (D) são maus condutores.
 - (E) são magnéticas.
- 4.4 Considera-se como medida de mitigação para controle da aceleração do processo erosivo
- (A) planejar a lavra (areia, caulim e argila) de forma a possibilitar o retaludamento, a instalação de sistema de drenagem e a revegetação concomitantes ao avanço das escavações.
 - (B) remover, na frente de lavra, os blocos de rocha instáveis.
 - (C) realizar a aspersão de água sobre os blocos de rocha na entrada do britador e nos pontos de transferência das correias.
 - (D) executar reparos no pavimento da estrada de acesso ao empreendimento.
 - (E) estabelecer procedimento para que caminhões saiam do empreendimento com a carga coberta.
- 4.5 São exemplos de separação sólido-líquido
- (A) filtração e secagem.
 - (B) liquefação e secagem.
 - (C) solidificação e filtração.
 - (D) centrifugação e peneiramento.
 - (E) lixiviação e secagem.
- 4.6 Assinale a alternativa correta.
- (A) A disposição de rejeitos de uma usina de beneficiamento é uma tarefa delicada, em função de questões ambientais.
 - (B) Os problemas da disposição de rejeitos dependem do tipo de operação adotado.
 - (C) Por não possuir valor comercial, o rejeito precisa ser descartado da forma mais econômica possível.
 - (D) Os rejeitos não devem ser empregados para preenchimento de cavas.
 - (E) Na maioria dos casos, a maior fração do minério lavrado se torna rejeito.
- 4.7 Em uma campanha de prospecção litogeoquímica, deve-se ter segurança de fazer a coleta de amostras em
- (A) solos residuais.
 - (B) aluviões.
 - (C) coluviões.
 - (D) solos transportados.
 - (E) rochas.

CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 54/2016 – UNIFESSPA, DE 23 DE MAIO DE 2016

48 Assinale a alternativa correta.

- (A) Os processos do intemperismo mecânico são responsáveis pelas mudanças químicas dos materiais da Terra.
- (B) A erosão remove os materiais intemperizados de seu local de origem.
- (C) O intemperismo não dá origem a recursos minerais.
- (D) A erosão evita a concentração de recursos minerais.
- (E) Processos erosivos contribuem para a formação e conservação do solo.

49 O processamento de minérios envolve três fases principais na seguinte ordem:

- (A) Separação, concentração e secagem.
- (B) Liberação, separação e desaguamento.
- (C) Britagem, cominuição e moagem.
- (D) Liberação, distribuição e desaguamento.
- (E) Separação, liberação e desaguamento.

50 Sobre os aspectos ambientais dos rejeitos na mineração e gerenciamento de resíduos sólidos, é correto afirmar:

- (A) Na disposição dos rejeitos, além dos aspectos intrínsecos da construção e segurança, pode ser requerido que o reservatório formado para conter o material seja estanque, para permitir a infiltração dos efluentes danosos à qualidade das águas, como soluções contendo cianetos, metais pesados ou com pH muito ácido. Nestes casos, a investigação geológico-geotécnica é de grande importância.
- (B) No caso do estéril, o sistema de disposição deve funcionar como uma estrutura projetada e implantada para acumular materiais, em caráter temporário ou definitivo, dispostos de modo planejado e controlado em condições de estabilidade geotécnica e protegidos de ações erosivas.
- (C) A disposição de rejeitos em reservatórios criados por diques ou barragens é um método pouco usado no país.
- (D) O plano de gerenciamento de resíduos sólidos não precisa conter, entre outras informações, a caracterização dos resíduos, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados, nem a periodicidade de sua revisão.
- (E) Apesar de a lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos responsabilizar todos os elos das cadeias produtivas de grandes, médias e pequenas empresas sobre o processo de coleta, destino, reciclagem e restituição dos descartes sólidos, incluídos aí os eletroeletrônicos, no setor mineral não houve necessidade de se estabelecer uma diretriz clara quanto à reciclagem de metais e de outros minérios.